



MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 DE NOVEMBRO DE 2024

ACTA Nº 26

-----Aos vinte e sete dias do mês de Novembro de 2024, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca Costa e com a presença da Senhora Vice-Presidente, Paula Inês Moreira Dinis e dos Senhores Vereadores Luis Miguel de Campos Almeida, Elisabete Simões Oliveira, Filipe Miguel dos Anjos Frias, Paulo Jorge Martins Viana de Teles Marques e António Miguel Ribeiro Pinheiro e comigo, Odete Fernandes, que secretariei a reunião.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram dez horas.-----

ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Instrumentos de Gestão Financeira.**-----

Capítulo Primeiro

Instrumentos de Gestão Financeira

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da proposta do **Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025.**-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para "fazer um enquadramento genérico daquilo que são as linhas políticas no que tem a ver com o Orçamento e com as Opções do Plano para 2025. -----

-----Haverão de ter reparado que apresentamos o Orçamento com maior valor em termos absolutos de sempre. Dizer, tal como disse há um ano, que se por um lado temos aqui uma abordagem de muita expectativa, mas também de rigor, também temos que ter aqui uma leitura cautelosa relativamente a estes indicadores. Ou seja, nós temos neste Orçamento para 2025, que volto a dizer é o maior de sempre, um contributo que é determinante dos Fundos Comunitários, quer sejam aqueles que têm a ver com o quadro normal do anterior 2020, e agora 2030, quer sejam do Plano de Recuperação e Resiliência, quer sejam também de alguns instrumentos nacionais que estão disponíveis, como é o caso do Turismo de Portugal. Mas a execução também depende significativamente destes processos tramitarem com a brevidade que neste momento se exige. Quero com isto dizer que, se há um ano olhávamos para isto com muita expectativa, sendo que o processo estava, do ponto de vista formal, significativamente atrasado, tal como em alguns aspetos ainda hoje continua atrasado, a verdade é que, ao momento, há um conjunto de candidaturas de processos que estão, do ponto de vista burocrático, já definidos, já aprovados. É o caso da área da Educação, o caso da Saúde. A questão da habitação tem sido um sufoco, mas as coisas vão ter que começar a rolar, porque os horizontes temporais, em que oficiosamente já muito pouca gente acredita, mas aqueles que são os oficiais, são efetivamente muito apertados. Há aqui, por um lado, esta perspetiva de termos valores muito significativos. Mas, ao mesmo tempo, das coisas estarem já a acontecer e acreditar-se que o desempenho também será significativo. Naturalmente que há, depois, também uma outra componente de que já falámos e essa é porventura aquela que neste momento é mais imprevisível, que tem a ver com a capacidade do mercado para dar resposta àquilo que são as solicitações que estão a aparecer. Também, como já disse no passado, compete-nos fazer a nossa parte e esperar que cada uma das outras também consiga dar resposta. Dizia eu que o Orçamento, sendo o maior de sempre, aproxima-se de um valor global de sensivelmente 42 milhões de euros. Eu vou fazer apenas uma apresentação sintética daquilo que são as principais componentes nas várias rubricas ou nas várias áreas fundamentais do Orçamento.-----

-----Começando desde logo pela Proteção Civil e pela Luta Contra Incêndios, onde estão incluídos 400 mil euros: aqui é um exercício ao contrário daquele que eu referi há pouco, ou seja, são 400 mil euros em que aquilo que vai acontecer, o que vai ser executado, será claramente superior a este valor no concelho. Permitam-me apenas dar um exemplo: no caso do que tem a ver com as faixas de gestão e, portanto, do programa dos Condomínios de Aldeia. Como sabem, as autarquias, à data das candidaturas, estavam limitadas à apresentação de uma candidatura, mas nós estimulámos as organizações do





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

concelho, quer as Juntas de Freguesia, quer algumas Comissões de Melhoramentos, para também apresentarem as candidaturas, um processo em que demos apoio técnico. Portanto, nesta área, o valor da execução será superior, que mais não fosse por isso, àquilo que nós aqui indicamos no Orçamento. Mas há também depois uma outra componente que não é diretamente transposta para o nosso Orçamento e que tem a ver com a proteção civil, que são as candidaturas ao Centro 2030, aquelas que estão na iniciativa territorialmente integrada, em que se levantam para estes investimentos duas ou três hipóteses: hipótese de serem os municípios a apresentarem as candidaturas, hipótese de serem os Bombeiros a apresentarem as candidaturas e hipótese de ser a comunidade intermunicipal municipal a desencadear o processo. Aquilo que já estabelecemos, em algumas matérias que são transversais, como sejam os equipamentos de proteção individual, o que faz sentido é haver uma compra agregada na CIM, ganhando escala e, portanto, à partida os preços haverão de ser 'esmagados'. Portanto, esse é um valor que não é reportado aqui e, ao mesmo tempo, aquilo que já se equilibrou, porque efetivamente as verbas são relativamente escassas e aqui a abordagem... Eu estou aqui a medir as palavras porque, naquilo que tem a ver com a realidade dos municípios, há práticas muito transversais. Há municípios que assumem que não vão abdicar deste pacote financeiro para estar a dar resposta a responsabilidades que deviam ser assumidas pelo governo central, naquilo que tem a ver com os financiamentos aos corpos de bombeiros. Este é um extremo da situação. Temos depois o outro extremo com um ou outro município, penso que é só um, que basicamente pega com um pouco mais na fatia completa que tem do centro 2030 e resolve alocar aos bombeiros. É também uma decisão legítima. Nós, aquilo que estamos aqui basicamente a definir é um entendimento que estará na mediana, naquilo que tem a ver com as práticas. E, portanto, vamos comprometer, para o apoio direto aos bombeiros, de candidaturas que podem apresentar que têm que estar – isto é uma nota técnica que é importante – têm que ser candidaturas que não dependem apenas das vontades dos corpos dos bombeiros, aquilo que são os investimentos que carecem de validação, de parecer vinculativo do comando sub-regional. Portanto, é algo que é crítico. Vamos somar, aos valores que estamos aqui a considerar, os dos condomínios externos e para os bombeiros, haveremos de estar a falar aqui sensivelmente de 500 mil euros para candidaturas dos bombeiros, mais o valor dos equipamentos de proteção individual, que não está completamente ainda validado. Está a ser feito o levantamento do número de equipamentos, os valores do mercado, e, depois, é que haverá de aditar. Por isso, é que eu estava a falar das abordagens que são diferenciadas entre municípios. Houve um processo negocial, como recordarão, em que, dos 152 milhões de euros que estavam definidos ou propostos, ou que foram assumidos na negociação com a CCDR para este programa do Centro 2030, houve um processo negocial dos municípios para





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

definir um critério de repartição desse valor por cada um dos municípios. No nosso caso, deu um valor teórico de sensivelmente 8 milhões. Eu digo teórico pois há questões práticas, como sejam financiamentos dos pequenos investimentos às empresas, que sai dali, e um conjunto de outras situações de alguns projetos que são executados diretamente pela comunidade intermunicipal, como é caso da promoção do sucesso escolar, que sai também deste valor. Há um conjunto de projetos que vão ali buscar verba, porque, na realidade, em termos líquidos, nós não contamos com a totalidade desse valor. Mas basicamente aqui é de facto dessa fatia, desse valor, que são retirados os valores dos bombeiros, não há nada que some. -----

-----Ao nível da Educação para o ano de 2025, constam do Orçamento sensivelmente 8,6 milhões de euros. Temos aqui o caso da empreitada de Requalificação, Modernização e Ampliação da Escola Secundária, que já está a decorrer, que teve já o seu início e que considera um pouco menos de 3 milhões de euros para 2025. Temos a Escola Básica 2, 3, Professor Mendes Ferrão, com um valor também de 2,7 milhões de euros, num global de 3,5 milhões, que passa uma parte para 2026, que está também já na fase final. Portanto, do ponto de vista da burocracia, penso que já foram entregues os documentos de habilitação, agora é aquela fase de Tribunal de Contas, o visto, para se poder avançar com a empreitada. Portanto, contamos também muito em breve poder dar início a esta intervenção. Temos um conjunto de atribuições e competências na área do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo, como é caso das refeições escolares, dos transportes e outros apoios, com uma dotação de sensivelmente 900 mil euros. Temos o peso significativo do processo da descentralização dos segundo e terceiro ciclos e do secundário, nomeadamente com as despesas do pessoal não docente, que é aquilo que pesa mais – sem prejuízo de outras componentes que estão afetadas a esta componente –, sensivelmente 2 milhões de euros. E temos aqui também a comparticipação dos quinze por cento para os cem, do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo. Aqui abrange a Região de Coimbra. Portanto, o princípio é este: por cada 100 mil euros de projeto – para facilitar a conta –, são mobilizados 85 mil desta parcela que estávamos a falar, do Centro 2030. A parte da comparticipação nacional é assumida por cada um dos municípios e, portanto, por cada 100 mil euros, o Município tem que colocar os 15 mil euros. Estamos a falar de um valor, para este programa, um bocadinho superior a 400 mil euros para o ano de 2025, em termos globais, considerando o financiamento.-----

-----Na área da Saúde, o investimento em 2025 será de sensivelmente 2 milhões de euros. Aqui pesa particularmente, ou tem relevância particular, o novo Serviço de Urgência Básica e Centro de Saúde da Arganil, que considera um investimento de 1,5 milhão de euros para 2025 e consideramos 4,3 milhões para 2026. Dizer-lhes que 'se o pregador não falhar', será hoje entregue o projeto de execução. O projetista, aquilo que me tinha adiantado, é que pelas exigências da ARS/ACSS, nomeadamente no que tem a ver com





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

questões técnicas – desde logo o melhor exemplo são dos sistemas de climatização, o AVAC, que tem requisitos específicos para a área da saúde – , o valor aumenta. O processo tem sido sistematicamente acompanhado pela ACSS. Vamos entrar, com a entrega do projeto, num processo de reprogramação do financiamento, que é um processo que resulta exclusivamente da descentralização e que haverá de ser considerado em termos de financiamento. Para este valor, e aqui estamos a ver como é que o assunto é resolvido, que está estimado sensivelmente em 5.8, ou deste valor, faz parte a outra componente paralela das acessibilidades que haverá de ser sensivelmente 700 mil euros, que é outro projeto que está a ser elaborado. Vamos tentar que as acessibilidades sejam também financiadas no âmbito do PRR. Depois temos uma pequena remodelação na Unidade de Saúde de Pomares, que tem também financiamento contratualizado com o PRR, no valor de sensivelmente 80 mil euros. Depois, tudo aquilo que tem a ver com os custos fixos da área da descentralização de competências da saúde, como sejam os recursos humanos, despesas com os imóveis, os custos logísticos, que se aproximam dos 400 mil euros.-----

-----Na área da Ação Social, em que é quantificado um valor de 275 mil euros que está subavaliado, pelas razões que vou de seguida dizer, mas onde destaco o projeto Arganil Solidária, os Seniores em Movimento, o Programa ABEM, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes, o Radar Social, o CLDS 5G e a transferência de competências na área de Ação Social, que tem aqui também uma relevância significativa. E dizia eu que este valor global está subavaliado por uma questão prática; não especializamos no Orçamento – e é algo que tem que ser especializado na Prestação de Contas – aquilo que são os recursos, particularmente os recursos humanos que estão afetos à área da ação social e que entram depois na rubrica geral dos custos com o pessoal sem estar esta desagregação feita. Portanto, na realidade, o valor é sempre superior. Efetivamente, estes programas, o Radar Social na exclusividade, o CLDS também com um peso que tem sido em crescente desde a primeira edição para aquela em que nos encontramos agora, que é um peso cada vez mais significativo no que tem a ver com a contratação de recursos humanos, sobrando muito pouco dinheiro para aquilo que, na primeira edição era a nossa pretensão conseguir executar, e que tem esmagado cada vez mais. De edição para edição, aquilo que fica disponível para as ações fica cada vez mais esmagado em detrimento destes valores relacionados com a contratação de técnicos, que, volto a dizer, basicamente é uma chapa que determina que é obrigatório contratar aquele número de técnicos. -----

-----Passando para o capítulo da Habitação, consideramos para 2025 um valor de aproximadamente 6 milhões de euros. Tem aqui ainda expressão, na ordem dos 280 mil euros, a conclusão das intervenções que estão a decorrer no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário nas escolas de Torrozelas, Sanguinheda e o posto médico da Sarnadela. Esta





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

é a área que está mais avançada. E temos, depois, o Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis, onde consideramos para 2025 um valor na ordem dos 5,8 milhões de euros.-----

-----Naquilo que tem a ver com a função do Ordenamento do Território, o investimento que estimamos para 2025 é de aproximadamente 2,4 milhões de euros, considerando-se aqui a reabilitação e requalificação do Teatro Alves Coelho com uma dotação de 1,5 milhão de euros, num valor global que estamos a estimar... E, volto a dizer, estamos a estimar porque o projeto está neste momento a ser objeto de atualização face, quer aquilo que são os atuais referenciais técnicos, quer aquilo que são as exigências do próprio quadro de financiamento ao nível da eficiência energética, do princípio de não prejudicar significativamente. Esse processo de atualização dos projetos está a decorrer neste momento e contamos que, durante o mês de janeiro, esteja concluído. Já foi entregue um relatório inicial. Pensamos que, durante o mês de janeiro, haverá de estar concluído para se passar à fase seguinte. Consideramos também aqui algumas intervenções ao nível das zonas de lazer, como seja: o prolongamento do Parque Verde Urbano do Prado em Côja, com uma dotação de sensivelmente 160 mil euros; o que tem a ver com o cadastro simplificado do território, um processo que tem financiamento no âmbito do PRR e que tem muito a ver com a execução que for possível fazer, que depende muito da iniciativa dos particulares ao nível do cadastro da propriedade rústica. Temos aqui um valor de 365 mil euros e dificilmente ele será executado, porque ainda há muitos particulares que não tomaram a iniciativa de fazer o cadastro. -----

-----Destacar também, ao nível do saneamento das águas residuais, o valor que temos previsto de sensivelmente 1 milhão de euros para a ampliação e conservação de redes. Temos aqui também as intervenções que serão submetidas a financiamento no âmbito do ciclo urbano da água, de sensivelmente meio milhão de euros. E temos aquilo que tem a ver também com produtos, com os tratamentos, de sensivelmente 375 mil euros. Ao nível do abastecimento de água, consideramos um valor de sensivelmente 1.4 milhões de euros, também aqui construção, ampliação e conservação de redes, as candidaturas do ciclo urbano da água e aquilo que tem a ver com os custos de funcionamento. Dizer-lhes a este respeito que estas duas áreas – as do saneamento e do abastecimento de água – registaram nos últimos anos o maior ciclo de investimento concretizado de sempre, que, entre aquilo que foi o esforço do Município e o esforço das Águas do Centro Litoral, ultrapassou já os 12 milhões de euros. Mas, ainda assim, reconhecemos que há um conjunto de outros investimentos que são complementares e que necessitam de ser levados a efeito. Ao nível dos resíduos sólidos urbanos, temos uma dotação de sensivelmente 800 mil euros. Destacar aqui a componente de uma pretensão que temos, de construção de uma estação de transferência e ecocentro, e também os custos de funcionamento e tratamento. E, aqui, tem tido particular destaque os valores relacionados com





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

a ERSUC, com aquilo que é a estrutura que os municípios atualmente são obrigados a suportar.-----

-----Ao nível da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, a dotação global aproxima-se dos 600 mil euros. Destacamos aqui o Centro Municipal de Recolha Animal, os projetos relacionados com as condições de visitação à Paisagem Protegida da Serra do Açor e os previstos no plano de cogestão da paisagem protegida, com valor de sensivelmente, 225 mil euros. E temos, também, alguns valores para requalificação de espaços verdes e manutenção de espaços públicos.-----

-----Destacar também aquilo que é a parcela direcionada à Cultura, num investimento de aproximadamente 1 milhão de euros. Realçar aquilo que consideramos, ou que contamos executar ainda em 2025, ao nível do projeto que temos definido para a dinamização da Lomba do Canho, uma empreitada com valor global estimado superior a 650 mil euros e contamos executar sensivelmente metade deste valor ainda em 2025. Destacar também o projeto de requalificação da Capela do Senhor da Agonia, que está a decorrer, para Núcleo Museológico de Arte Sacra. O projeto de Reabilitação da Igreja de Convento de Santo António, em Vila Cova de Alva, com uma dotação global superior a 740 mil euros. Está, neste momento, o projeto de execução em fase final de contratação. Já foram avaliadas as propostas e foram entregues agora os documentos de habilitação. E, portanto, o contrato para o projeto de execução está em vias de celebração. É uma candidatura que pretendemos também submeter no âmbito da ITI da CIM. E destacar aqui também o forte apoio que é direcionado no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo que, entre as componentes da cultura e lazer, distribui sensivelmente 250 mil euros, 150 mil dos quais direcionados para área da cultura.-----

-----Ao nível do Desporto, Recreio e Lazer, temos um valor sensivelmente de 500 mil euros de investimento. Volto a dizer que todos estes projetos, todas estas áreas, quase todas, padecem daquela insuficiência que referi quase no início. Ou seja, a circunstância de não termos especializado para o Orçamento custos relacionados com recursos – tendo que estar na Prestação de Contas –, faz com que os valores depois não sejam, na realidade, aqueles que aparecem no Orçamento. Não são, na realidade, um espelho daquilo que acontece na ação global do Município. Dizer, no caso da cultura, o pessoal afeto às bibliotecas e aos museus não aparece aqui especializado e, portanto, não está a contar aqui para o valor que é apresentado. O mesmo acontece na área do Desporto, Recreio e Lazer, em que temos um conjunto de técnicos afetos a estas áreas, cujos custos também não estão aqui repercutidos. Dizia eu, um valor de investimento sensivelmente de 500 mil euros, tendo aqui particular destaque o que está relacionado com os eventos desportivos. Destaco, naturalmente, o Rally de Portugal e o Apoio ao Associativismo no caso daquilo que é a contratualização no âmbito dos programas de apoio ao desporto e à cultura.





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Na rubrica dos Transportes Rodoviários, o valor estimado para 2025 é de sensivelmente 2,2 milhões de euros, destacando-se aqui as intervenções de requalificação da rede viária, de conservação das infraestruturas viárias municipais e a segurança rodoviária.-----

-----Ao nível do Turismo, o valor estimado para 2025 é de 1,9 milhões de euros. Dizer que transitam o projeto do Parque de Campismo do Sarzedo, que está em execução, e também aquilo que está relacionado com as intervenções que estão a decorrer na valorização da Ribeira do Piódão, nomeadamente em Foz d'Égua. E a este respeito referir os valores de investimento global no Parque de Campismo de sensivelmente 235 mil euros, na Ribeira do Piódão em Foz d'Égua de 260 mil e de promoção de acessibilidades e mobilidade descarbonizada na Benfeita de, sensivelmente, 290 mil. Dar também relevo àquilo que são as intervenções previstas para as demais zonas balneares e praias fluviais, um valor que estimamos de 150 mil euros, das zonas de lazer de Pombeiro da Beira e de S. Martinho da Cortiça, num valor global de 450 mil, e as iniciativas de dinamização do comércio tradicional, como sejam os eventos festivos de celebração de Natal e da Páscoa, a Feira das Freguesias, Noites de Verão, Ficabeira, Feira do Mont'Alto, Noite Branca, outros eventos de promoção turística, que tem uma dotação global de sensivelmente 500 mil euros.-----

-----Destacar também as transferências entre administrações, que atingem o valor de sensivelmente 1.9 milhões de euros. Aqui destacam-se naturalmente as Juntas de Freguesia, com um valor global de sensivelmente 1.4 milhões de euros; a Comunidade Intermunicipal com a parte da quota e a parte da comparticipação nos projetos de 411 mil euro; a ADXTUR, no valor de 9 mil euros está relacionado com as quotas; e as Aldeias Históricas com 16 mil. E temos aqui valores mais pequenos, como as quotas da Associação Nacional de Municípios e da Serra do Açor, da ADESA, não tão pequeno, de quase 50 mil euros.-----

-----Aproveitar agora só para destacar aquilo que está refletido indiretamente no Orçamento e no Plano, tanto a manutenção que já aprovámos de uma fiscalidade amiga das famílias e das empresas, com o IMI no seu limiar mínimo, com o IMI familiar em função do número de dependentes, com a devolução dos 5% do IRS a que o Município teria direito, com a manutenção dos tarifários na área do abastecimento de água, do saneamento e dos resíduos sólidos dos mais competitivos, dos mais baratos da região e com a manutenção da Derrama num valor nulo, potenciando também a captação de investimentos por esta via.-----

-----Alertar para um aspeto que pode, eventualmente para um leitor menos atento, permitir uma conclusão precipitada, naquilo que tem a ver com a evolução das transferências do Estado. Se formos fazer uma leitura, não é à letra, mas é aos números, sem considerarmos as letras, constatamos uma evolução de 2023 para 2025, que vai de 7,7 milhões para 12,5. Aparentemente é uma evolução muito significativa. Isto tem, como sabem,





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

praticamente só a ver com a descentralização de competências. Portanto, na realidade, estamos a receber o dinheiro para pagar os custos que antes o Estado pagava diretamente com os funcionários da área da Educação, da Saúde, alguma coisa da Ação Social, e com os demais componentes de custos. Portanto, aqui registam-se efetivamente os principais contributos. Sem prejuízo de se verificar, nesta proposta de Lei de Orçamento de Estado que está atualmente a ser discutida na especialidade, regista-se um ligeiro aumento líquido que vem no bom sentido, mas ainda assim insuficiente para aquilo que são as necessidades dos municípios com as características de Arganil. E dizer a este respeito, e pese a embora aquilo que referi, que a título de exemplo, no ano de 2023, verificou-se um défice, uma diferença entre aquilo que se recebeu e aquilo que se pagou relacionado com a Educação, de mais de 100 mil euros. Portanto, um valor que na realidade tivemos que suportar e que, do ponto de vista formal e teórico e dos princípios, deveria ser assumido por via do Estado Central.-----

-----Sobre a evolução do orçamento municipal, também referi logo no início da minha intervenção, e, em termos globais, eram as notas que queria destacar.-----

-----Deixem-me só dizer aqui mais uma coisa: compreendo e reconheço que não conseguimos enviar os documentos com a antecedência que gostaríamos, que todos nós pretenderíamos, lamentar por isso e colocar-me aqui à disposição para estarmos o tempo que for necessário para avaliar os documentos ou para obterem algum esclarecimento que entendam que é necessário."-----

-----Teve a palavra o senhor vereador **Paulo Teles Marques** para referir que "era precisamente isso que eu ia dizer. Recebemos os documentos na segunda-feira à tarde – eu estava numa reunião em Lisboa, até aproveitei para agradecer o alerta –, mas foi-me impossível ler o documento. Li ontem à noite a nota de abertura, que foi o possível fazer. Portanto, não tenho nenhuma pergunta especial a fazer. Percebo, em letras, a ideia geral que preside ao Orçamento. Continuo a dizer aquilo que já disse em edições anteriores, que acho que o Orçamento ganharia se nos tivesse sido pedido algum contributo, que não foi. Acho que o Orçamento ganharia se promovesse a participação dos cidadãos através de Orçamentos Participativos. Também já dissemos isso variadas vezes. O crescimento do Orçamento é positivo, reflete um forte impacto do PRR e dos fundos comunitários, e isso é perfeitamente positivo e estamos absolutamente de acordo com as Grandes Opções nesse domínio. Quanto ao resto, reservamos para a Assembleia Municipal uma análise mais detalhada, pois aí teremos tempo para analisar e para fazer uma intervenção mais profunda e mais crítica. Para agora, não correremos o risco de sermos precipitados na análise leviana ou breve de alguns destes indicadores e que, depois, pudéssemos verificar que teríamos sido injustos ou injustos, por defeito ou até por excesso. Ressaltar só o crescimento, que acho importante e que poderá dar





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

resposta a algumas das maiores preocupações que todos nós temos, no reforço das estruturas de saúde, sobretudo, e da educação, mas também da habitação. E essa fatia serão cerca de 10 milhões de euros, que é a tal grande diferença, do aumento de 30 e tal por cento, face ao orçamento ano passado e que é extraordinariamente positiva para o futuro de Arganil.”-----

-----Teve a palavra o senhor vereador **Miguel Pinheiro** para referir que “resta-me sublinhar aqui a intervenção do vereador Paulo Teles Marques. Realmente, independentemente do bom ambiente democrático que é reconhecido entre nós e de postura construtiva, eu acho que estes tempos de leitura e de análise do Orçamento engrandecem-nos a todos e acredito que o Senhor Presidente se tivesse isto mais cedo, mais cedo o disponibilizaria, para nós analisarmos. Agora, realmente com menos de 48 horas fica difícil. Aliás, não fica difícil, até podia ser, mas parece-me importante que vinquemos que não o façamos, não que se pudesse repetir para o ano, que em princípio não se repete, ou não se repete com os mesmos atores; mas acho que é importante deixarmos aqui uma certa intervenção de alguma pedagogia democrática. Porque acho que um Orçamento deste valor, serem dadas menos de 40 horas para o analisar, acho que “diminuí” o Orçamento e não dignifica muito o próprio estatuto, o estatuto da oposição. Portanto, secundo claramente a intervenção do vereador Paulo Teles Marques.-----

-----De uma maneira geral, parece-me que é ambicioso, apesar de refletir uma obrigatoriedade de aproveitamento do momento, e um momento que é bastante desafiante, sobretudo em três pontos essenciais, que são absolutamente determinantes para o desenvolvimento do concelho e do País neste momento: a questão da Habitação, da Educação e da Saúde. E temos, ao mesmo tempo, esta oportunidade, mas temos também aqui um desafio muito grande porque a execução física deste orçamento para 2025, que é muito ambicioso e que, por questões de circunstância temporal, também é eleitoralista, porque entra num momento muito concreto em termos das próximas eleições autárquicas, mas para a sua execução física ter sucesso, obriga ou necessita de uma conjuntura interna e externa muito favorável e num alinhamento de planetas e de chacras, que neste momento, infelizmente, não existe. A resposta aos concursos, a resposta às empreitadas, o desenvolvimento das empreitadas de uma forma natural. Estamos aqui, se calhar, a viver num cenário ideal, que todos queremos acreditar que é fácil e que vai acontecer, e que não havia forma de não pôr isto no orçamento, mas que, e eu espero estar enganado, é muito difícil que se concretize na sua totalidade. Portanto, em relação às questões concretas, tropecei nalgumas na leitura, vou deixar que sejam na Assembleia Municipal colocadas algumas questões. Tinha aqui só uma que eu andei à procura e não vi em lado nenhum, que era esta coisa dos Water Guardians Healing Landscapes, que é um programa de que eu nunca ouvi falar. Eu acho que está na parte do Ordenamento do Território ou do Ambiente. Senhor





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Presidente, há alguma razão para nós – isto é uma questão da organização de pastas – de colocarmos o Cineteatro Alves Coelho no Ordenamento do Território e as capelas e o Convento de Santo António e a Lomba do Canho na Cultura? Eu acho que isto é tudo ou da Cultura ou é tudo do Ordenamento. Eu acho que é capaz de ser tudo Cultura. E até lhe ficava bem, fazia um vistaço, apresentar um Orçamento da Cultura com um rácio maior do que o do Orçamento do Estado. Porque, o Ordenamento do Território, eu vejo mais com intervenções objetivamente territorializáveis de requalificação do espaço público, de instrumentos de gestão territorial. E o Cineteatro Alves Coelho, em termos simbólicos e até concretos, está ao nível dos imóveis classificados que vão ser recuperados, ou que esperemos que sejam. Portanto, Senhor Presidente, da próxima vez, se tiver oportunidade disso, tente colocar-nos o Orçamento com um bocadinho mais de tempo, pelo menos um fim de semana, para podermos fazer perguntas mais concretas.”-----

-----O Senhor **Presidente** referiu que “vamos começar aqui mesmo pela parte final e queria mesmo reconhecer, e já o fiz, esta circunstância que, podem crer, é indesejável tanto para vocês como para mim, de não ter sido possível disponibilizar o documento com maior antecipação. Acho que, efetivamente, se ganharia se isso acontecesse. Sabemos também que do ponto de vista formal ou pelo menos do ponto de vista burocrático, nem sempre as coisas são simples, mas pedia-vos apenas essa compreensão e que não é pequena. -----

-----Sobra a questão do vistaço e do Teatro Alves Coelho, nós temos aqui que perceber que há uma razão formal para estar conforme está. Compreendo tudo aquilo que o senhor vereador acabou de dizer, mas não podemos ignorar que, se calhar até há meio ano atrás, estávamos todos focados na requalificação do Teatro Alves Coelho no âmbito da regeneração urbana. E a regeneração urbana, efetivamente, do ponto de vista formal, do ponto de vista burocrático, é ordenamento do território, mas do ponto de vista técnico, não há volta a dar-se. Foi esse o exercício: Teatro primeiro dentro do espaço da ARU, depois identificado como imóvel a recuperar no âmbito do plano da Ação. Portanto, todo esse processo e todo esse enquadramento faz parte deste histórico. Do ponto de vista conceptual, eu reconheço e concordo com tudo aquilo que o senhor vereador acabou de referir. Mas do ponto de vista prático, há efetivamente este percurso, que nos fez, aliás, já registar um conjunto de despesas até significativas naquela rubrica que estava, à data, no ordenamento do território. E recordar que nós aprovámos, para o ano de 2024, um orçamento em que já estava o teatro, no âmbito do qual realizámos despesa que estava no ordenamento do território, realizámos despesa desde logo com a contratação e com a celebração destes contratos para a atualização dos projetos. E já agora, atualização dos projetos e também da obrigatória, que já não sabemos se é tão obrigatória assim, a revisão dos projetos que também já





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

contratualizámos. Portanto, aqui há, efetivamente, estas questões burocráticas que nem sempre estão alinhadas com aquilo que é o entendimento mais conceptual de como isto devia estar arrumado. Sem prejuízo e até por via daquilo que, provavelmente, se perspetiva como sendo o caminho mais viável para este processo, que é o enquadramento na área das candidaturas da cultura, de, entretanto, do ponto de vista formal, se conseguir fazer esta reprogramação que não é só um exercício de vontade. Há aqui questões burocráticas, que não é feita uma rubrica e passa para outra, há contratos que já estão celebrados com uma determinada rubrica orçamental. Portanto, há aqui questões que são críticas e que nem sempre são tão fáceis de resolver quanto gostaríamos, mas é este um enquadramento. -----

-----Sobre a questão daquilo que são os contributos, quer da sociedade civil, quer daquilo que tem a ver também com a bancada do PS, acho que todos nós reconhecemos que não somos pessoas com uma visão limitada ou empalada, que só olha para o orçamento e para as questões orçamentais nesta altura do ano. Sentamo-nos aqui várias vezes, discutimos aqui vários dossiers. Naturalmente que, aquilo que é o resultado também da discussão que vai acontecendo, não deixa de estar aqui refletido e eu acho que vocês haverão de reconhecer isso. Há depois outros aspetos que são mais conceptuais. Eu já dei a minha opinião pessoal relativamente à temática dos orçamentos participativos. Eu acho que é uma abordagem que é de menorização da democracia e que faz sentido em territórios onde a participação democrática é escassa. Do ponto de vista do princípio e do ponto de vista teórico é assim. Do ponto de vista conceptual, eu entendo que aquilo que é o modelo de participação em cascata, que acontece nos territórios com as características do nosso, que ele acontece da sociedade civil para as freguesias, das freguesias para os municípios, nenhum de nós desconhece quais são as pretensões do território. Portanto, aí é uma questão conceptual que respeito, mas não acompanho. -----

-----Dizer aquilo que também já disse há pouco e que é uma constatação: efetivamente, há um forte impacto neste orçamento daquilo que tem a ver com os fundos comunitários, que não é bem uma obrigatoriedade, mas é efetivamente uma aposta. E eu digo que não é uma obrigatoriedade porque temos muitos municípios que ou não quiseram, ou não tiveram capacidade para captar o *boom* de fundos comunitários que Arganil está a conseguir concretizar, mas isso são opções. Mas nós entendemos, e aqui estamos todos de acordo, entendemos que este ciclo de financiamento deve ser aproveitado em proveito do concelho e é nesse sentido que estamos a trabalhar. Dizer e lembrar que reconhecemos que há *dossiers* que são arriscados do ponto de vista do calendário, que não é o calendário eleitoral, é o calendário de execução dos investimentos. Também sempre como disse, nós não podemos colocar os problemas em cima da mesa quando não fazemos a nossa parte. A nossa parte nós temos que a fazer e estamos a fazer. E depois é aguardar





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

que as coisas aconteçam. E as coisas estão a acontecer neste momento. As contratações estão feitas na área da educação e, portanto, os investimentos que temos previsto na área da educação, a não ser que aconteça alguma coisa muito anormal, mas haverão de ser concretizados. Boa parte ou a maior parte dos municípios está numa fase muito mais atrás do que nós nos encontramos, e, portanto, isso também nos dá algum conforto neste aspeto em particular. Mas há, efetivamente, toda a exigência que também reconhecemos da área da educação, da área da saúde, de valores de investimentos muito significativos e que – também não ignoro e referi-o há pouco – carecem do mercado conseguir acompanhar. Eu volto a dizer aquilo que também referi no início: sendo apenas uma abordagem oficiosa, a constatação neste momento é óbvia: não vai haver tempo disponível. O tempo disponível até maio de 2026 é completamente utópico para se pensar que até lá estas intervenções – não estou a falar das intervenções de Arganil, estou a falar daquilo que é o conjunto global do país –, é impossível acontecerem até maio de 2026. E nós, nesta matéria em particular, até podemos dizê-lo de uma forma relativamente confortável, estamos mais à frente do que a generalidade dos nossos parceiros, dos nossos colegas e das outras instituições públicas se encontram. Quero com isto dizer que ninguém o quer, ainda, assumir de forma oficial, porque isso corresponderia a reduzir a pressão e a haver alguma descontração. Só há duas alternativas. Uma das alternativas – que eu acho muito difícil, porque o retrato, feliz ou infelizmente, é mais ou menos similar em toda a Europa – era dizer que acabou e isso teria um impacto transversal na generalidade dos países dos Estados-Membros, e não me parece que esse seja o caminho. A outra hipótese que eu acho que é aquela que ganha mais consistência é haver aqui mais um prazo, de pelo menos um ano, para isto ser executado. Há sempre uma terceira alternativa que é gastar o dinheiro de outra maneira em coisas que seja como ir à prateleira do supermercado e sacar. Mas mesmo isso... Um dos exemplos que há dias me estavam a dizer, naquilo que tem a ver com as AIGP, com as áreas integradas da gestão da paisagem, não vai haver capacidade para gastar este dinheiro, vai haver aqui um momento que se faz um fecho e vamos dizer 'bom, não conseguiram executar naquilo que devia ser executado, vamos comprar máquinas de rastos e carros de bombeiros e se sobrar alguma coisa para aviões'... Agora, mesmo estas coisas das máquinas de rastos e carros de bombeiros e aviões, não é chegar à prateleira de um supermercado e passar na caixa registadora. Eu acredito que, disto tudo, haverá de resultar pelo menos mais um ano para executar e é nesse cenário também, honestamente, que estamos a trabalhar. Sobre o projeto que referiu, sobre a água, tenho ideia que é um projeto que está alicerçado naquilo que são os vários projetos da Comunidade Intermunicipal."-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro, aprovar a





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2025 e submeter a mesma à Assembleia Municipal, para deliberação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do **Mapa de Pessoal para o ano de 2025.**-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para referir que "no Mapa de Pessoal não temos aqui nada de extraordinário. São as situações das substituições que estão mais ou menos estimadas, sempre com um nível de risco significativo. É certo que há algumas coisas que são mais previsíveis, como as pessoas que saem para aposentação, que é uma questão de idade e, portanto, é mais fácil de antecipar."-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Paulo Teles Marques** para "questionar se só são possibilitadas as admissões na sequência da reforma, cada um para um, sai um entra outro, também se aplica à administração local ou nós temos alguma forma de fazer um estudo prospetivo das reformas para os próximos dez anos, digamos assim, e progressivamente começámos a contratar jovens para não perder competências e garantir a transição adequada dos recursos?"-----

-----O Senhor **Presidente** disse que "objetivamente, desse processo, aquilo que eu conheço é aquilo que acabou aqui de referir. Ouvi nas notícias essa pretensão, admito que ela esteja integrada no processo, em discussão no Orçamento do Estado, mas é especulativo aquilo que eu estou a dizer. Publicado, ainda não está nada, não é algo que consigamos neste momento antecipar. Nessa abordagem mais de planeamento que estava a referir, já não vai ser um processo que venha a acontecer com muita facilidade, nomeadamente naquilo que tem a ver com pessoal mais operacional, em que a generalidade das instituições está a confrontar-se com uma dificuldade muito grande de contratação. Contratar um pedreiro é hoje uma tarefa quase impossível, contratar um electricista é difícil, contratar um mecânico é complicado. Estão, não apenas por aquilo que é também a demografia do país, mas também naquilo que tem a ver com a escolaridade, cada vez menos recursos disponíveis no mercado, pelo menos daqueles que são os nacionais, para estas áreas mais operativas. É um desafio que se está a colocar, eu diria, em todas as instituições públicas. E presumo que também não tenha sido por acaso que o Primeiro Ministro ainda há dias falava na necessidade em algumas áreas da administração pública serem robustecidas, inclusivamente naquilo que tem a ver com a atratividade financeira. Porque, se isso não acontecer, vamos ter daqui a dois dias problemas sérios em coisas





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

tão críticas como seja por exemplo a recolha do lixo, onde continuamos com os constrangimentos práticos, por um lado, pois há menos pessoas disponíveis para fazer o trabalho, e os constrangimentos jurídicos, porque se é verdade – e eu acho que isso estava mais ou menos aí também em fase de alteração – mas se é verdade que para algumas áreas com estas características, no caso das empresas do sector privado que consegue contratar inclusivamente população migrante, no nosso caso, da administração pública, a questão da nacionalidade continua a ser uma obrigatoriedade e isso, mais ano menos ano, vai ser um constrangimento.”-

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2025 e submetê-lo à Assembleia Municipal, para deliberação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta das **Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano de 2025 – Regulamento de Execução Orçamental.**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano de 2025 e submetê-las à Assembleia Municipal, para deliberação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

-----**QUARTO: Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação.** Apreciação e votação da proposta.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Assunção de Compromissos Plurianuais à Assembleia Municipal, para deliberação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram doze horas, e para constar se lavrou a presente ata que eu, Odete Fernandes redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.--

Luís Paulo Cort

Odete Fernandes

